

O QUE A GEOGRAFIA FAZ AO(S) MUNDO(S)?

WHAT GEOGRAPHY DOES TO THE WORLD(S)?

¿QUÉ LE HACE LA GEOGRAFÍA AL(LOS) MUNDO(S)?

Michel Lussault¹

École Normale Supérieure

Jean Legroux²

Universidade Estadual Paulista-UNESP

Claudio Smalley Soares Pereira³

Universidade de Pernambuco

Como citar:

LUSSAULT, Michel. O que a Geografia faz ao(s) mundo (s)? Tradução de Jean Legroux e Claudio Smalley Soares Pereira. **Revista Geografia em Atos** (Online), v.5, ano 2021, p.1-15

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2021.8627>

Recebido em: 2021-04-23

Devolvido para correções: 2021-07-26

Aceito em: 2021-08-10

Publicado: 2021-12-19

Tradução

Michel Lussault é geógrafo, professor de estudos urbanos na *École normale supérieure* de Lyon e diretor do programa *L'École Urbaine de Lyon* (EUL), que realiza pesquisas e formações sobre o urbano no

antropoceno. Tem livros e artigos publicados sobre o urbano e a urbanização, a construção social do espaço e das espacialidades, habitação humana na Terra e cotidiano. É autor de vários livros, dentre os quais se destacam: *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés* (com Jacques Lévy, Belin, 2003), *L'homme spatial: La construction sociale de l'espace humain* (Seuil, 2007), *De la lutte des classes à la lutte des places* (Grasset, 2009), *L'Avènement du Monde. Essai sur l'habitation humaine de la terre* (Seuil, 2013) e *Hyper-lieux - Les nouvelles géographies de la mondialisation* (Seuil, 2017). Mais recentemente, publicou *Chroniques de géo-virale* (Éditions 205, 2020)

¹École Normale Supérieure, Lyon, França.

E-mail: michel.lussault@ens-lyon.fr

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4068-5975>

²Pós-doutorando em Geografia, pesquisando os temas seguintes: fragmentação socioespacial, vida cotidiana, diferenças e desigualdades, justiça espacial, mobilidade urbana.

E-mail: legrouxjean3@gmail.com
Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3811-4180>

³ Professor adjunto do Colegiado de Geografia da UPE, Campus Petrolina.
E-mail: clasmalley@gmail.com
Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4624-4057>

Resumo: Para ser pertinente, a pergunta “Para que serve a geografia?” necessita ser reformulada. Em vez de questionar sua utilidade, convém, portanto, perguntar a que essa disciplina serve e a quem ela serve. Tal abordagem possibilita estudar o que a geografia faz *servindo* os operadores sociais: como esse conjunto de saberes e habilidades denominado geografia, mobilizado por atores, constrói realidades sociais? Este artigo é, portanto, um convite a explorar a dimensão

espacial das sociedades: o espaço não deve mais ser considerado como o único suporte de ação, mas como um ator à parte. Este papel do espaço é pensado a partir de situações muito localizadas (que vão desde manuais de boas maneiras à gestão de epidemias, passando pelas regras de utilização de telefones celulares nos TGVs), todas as quais colocam em jogo esta dimensão espacial que constitui o ponto cego de nossas sociedades.

Palavras-chave: geografia, espaço, espacialidade, servir, operadores espaciais

Introdução

Quando me pediram para pronunciar a conferência de encerramento da jornada de estudo intitulada “Para que serve a geografia?”, eu achei, primeiramente, a questão desconcertante e até, vamos admitir, um pouco trivial. Mas, após reflexão, cabe, apesar de tudo, levá-la à sério, mas desviando-a um pouco. Assim, trabalhada desta forma, torcida, e, longe de se reduzir a uma entrada utilitarista no tema, ela permite colocar problemas de fundo. Mas, para isso, temos que aceitar em compreender o verbo “servir” como um verbo transitivo, o que impõe modificar a direção inicial: a geografia não serve para nada, mas importa perguntar-se a quem e a que serve. Partindo daí, proponho refletir não para que serve a geografia, mas sim o que ela faz, provoca, fabrica, servindo aos operadores sociais. Logo, a interrogação central torna-se a seguinte: como este conjunto de saberes e de competências que denominamos geografia, mobilizado por atores, constrói realidades sociais?

O espaço e a espacialidade: pontos cegos das sociedades

E o que, então, faz a geografia exatamente? Se a consideramos como ciência, postularemos que torna os mundos de ação inteligíveis, de uma maneira bastante particular.

Com efeito, a geografia “reflete” sobre o ponto cego das sociedades. Entendamos, aqui, refletir no duplo sentido do termo: a geografia simultaneamente pensa e remete a uma(ns) image(ns) – isso não quer dizer que o espelho geográfico não seja deformante, aliás. Este ponto cego das sociedades, sobre o qual a geografia pensa e reflete, é sua dimensão espacial. Cego, não porque é escamoteado voluntariamente, mas porque é demasiado evidente: não existe sociedade possível, não há possibilidade de vida humana, sem espaços e sem espacialidades (LUSSAULT, 2007). Ora, trata-se de uma evidência cegante! Para retomar o termo utilizado em seu tempo por Roland Barthes, mas sem reproduzir a perspectiva barthesiana, nós temos aqui uma realidade “óbvia”¹, que esmaga a inteligência – isto é, a vontade de a tornar inteligível; uma realidade tão flagrante que não é mais questionada. Ao contrário, o propósito do geógrafo consiste em mostrar que o espaço é sempre-já-aqui nas preocupações das sociedades e dos indivíduos, mas que, apesar disto, não é simples de abordá-lo. Belo projeto de conhecimento, na verdade, que consiste em abordar esta impossibilidade da vida humana [de existir] sem espaço nem espacialidades, a partir da sua escamotagem pelas ciências sociais – e, assim, em fundamentar com razão a compreensão do processo de habitação humana no planeta.

O caractere “óbvio” do espaço e das espacialidades explode, é rompido, quando acontecem grandes crises e grandes catástrofes, o que eu chamo de “fatos espaciais totais” (o 11 de setembro de 2001, o tsunami de 2004, o ciclone Katrina, os grandes episódios de guerras urbanas e de “urbicídios”, etc. – infelizmente a lista ainda é longa). Para a maioria delas, essas crises são primeiramente sensíveis, visíveis, e tratáveis por meio do espaço, são eventos que se produzem através dos espaços e perturbam as espacialidades. Sem pensamento espacial, não podemos compreender o que aconteceu, tornar inteligível esse tipo de evento. Tomemos, também, as epidemias (H1N1, gripe aviária, outras patologias virais de escala mundial): constatamos facilmente que os vírus, hoje em dia, tornam-se “operadores espaciais” fundamentais das sociedades contemporâneas.

A dimensão espacial dessas epidemias (do seu espalhamento, certamente, mas também das políticas que pretendem estancá-las, e, proteger as populações) apareceu ainda recentemente em toda sua complexidade, na ocasião do fracasso da política preventiva de

¹ Óbvio significa: isso vem naturalmente à mente, isso vai ou parece ir sem dizer (Barthes, 2006).

vacinação do governo francês contra a gripe A. Constatamos o impasse de uma política preventiva fortemente midiaticizada (em razão inversa da indigência da sua concepção), mas que jamais apreendeu a espessura da problemática espacial. Em particular, vimos que não se obtinha nenhum resultado ao, simplesmente, acreditar cobrir racionalmente os territórios dos pontos de vacinação, que a organização do espaço de uma sociedade não se reduz, em caso algum, a uma “engenharia da posição ótima”. Pois, o espaço não é uma simples extensão material sobre a qual bastaria otimizar os pontos, mas um recurso social complexo e proteiforme com a qual os atores operam.

Na ocasião destas grandes crises, a dimensão espacial das sociedades humanas aparece, então, nos melhores dos casos, refletida – trata-se de uma posição heurística. Apesar dessa evidência, entretanto, muitos indivíduos, em particular os interventores sociais, consideram que o espaço no cotidiano, em regime normal de funcionamento, não coloca finalmente nenhum problema, porque eles são artesãos de uma dupla redução. Primeiramente, eles reduzem o espaço a uma extensão, isto é, a uma superfície de projeção dos fenômenos econômicos e sociais. Todos os pensamentos racionais nesta posição consideram o espaço como uma extensão de tipo cartesiano e estimam que a geografia deve se limitar a responder à simples pergunta: “Onde?”. Mas, me parece que elaborar mapas e discursos de localização é se restringir a uma proto-geografia. A segunda redução é complementar à primeira: consiste em reduzir o espaço à matéria, uma matéria espalhada na extensão. Muitos pensamentos elementares sobre o espaço humano estão marcados por este materialismo.

Se você entrar no problema do espaço munido dessas duas reduções, há de renunciar a qualquer esperança. A geografia torna-se um saber fraco, esgotado antecipadamente, “auxiliar”, que apenas serve para apresentar e cartografar o espalhamento das formas materiais na extensão cartesiana, “física”. Serão então concedidas aos geógrafos algumas competências no domínio da descrição das paisagens, sem saber ao justo o que entendemos pela palavra “paisagem”, visto que uma grande parte das ciências confundem frequentemente paisagem com “organização do espaço”. A eles serão atribuídos, no melhor dos casos, com condescendência, a análise do fundamento material das sociedades humanas. Lembremos as páginas dos historiadores Lucien Febvre ou Fernand Braudel sobre o papel da geografia,

confinada à descrição da base estável das sociedades (o da geografia física e do seu tempo longo).

Contra essa atitude, os geógrafos, desde há muito tempo, instauram corpus teóricos e conceituais, apoiam-se em epistemologias sólidas, para mostrar que o espaço jamais pode ser reduzido à esta porção restrita. É sempre “muito mais” que isso, mas este “muito mais”, incongruente, preocupa, porque ali se instala, em qualquer escala, a complexidade, por vezes desalentadora, até para os especialistas, das realidades espaciais. É isto que devemos levar em conta.

Geografias do espaço versus geografias da espacialidade

Hoje em dia, parece-me que a geografia se expressa, esquematicamente, segundo dois registros complementares: aquele que a impulsiona a se preocupar essencialmente com o espaço, e aquele que se concentra nas espacialidades. As duas abordagens se cruzam, mas não expressam exatamente o mesmo tipo de análise, de métodos, de projetos intelectuais. As geografias do espaço abordam a maneira pela qual as sociedades se (auto)organizam espacialmente, isto é, como se agenciam as realidades sociais em um conjunto dinâmico de posições relativas e de distâncias (e não em uma disposição cartesiana de formas localizadas na extensão). O espaço é então definido como um agenciamento – ou um “arranjo”, para retomar a bela palavra de Claude Raffestin (1981) – de realidades sociais que mantêm relações de coexistência distante. Cada vez que um ser humano, um ator espacial, organiza espacialmente realidades, ele pensa, racionaliza essa organização, lhe dá sentido, tenta dominá-la cognitivamente, produz ideologias, a põe em cena, em imagens, faz delas um instrumento das suas estratégias.

Assim, o espaço é muito maior que a matéria, porque engloba todas as ideias, todos os pensamentos, todos os saberes que dizem respeito a este arranjo das realidades. Para dar um exemplo: o ministério francês da Saúde, no outono de 2009, concebeu, para prevenir a difusão da gripe A, da qual se temia então a virulência, uma circular dirigida a todos os diretores de estabelecimento público para que assegurem, em caso de alerta máxima, de que o bom “distanciamento social” entre os indivíduos acolhidos fosse respeitado (isto é, dois metros), pois permitiria minimizar os riscos de transmissão do patógeno. Trata-se de fato de

uma produção ideal cujo objetivo consiste em organizar o espaço de crise (e em regular as espacialidades, até *infra*) de acordo com um objetivo. Esse objetivo é tão válido quanto a sua preconização é inaplicável, mas tal circular revela ideologias espaciais em curso, independentemente da sua aplicação. O papel do geógrafo consiste em compreender precisamente a montagem que faz coexistir as matérias e as ideais no espaço.

Mas, depois de ter recusado a redução materialista – o espaço não é apenas a extensão física moldada e o social projetado sobre a superfície terrestre – cabe ir mais além para enriquecer a nossa concepção. O espaço é também composto de artefatos, de objetos que povoam hoje as nossas sociedades – e sobretudo objetos técnicos e comunicacionais que proliferam, e cujo papel é crescente na organização do espaço e das espacialidades; ele é, igualmente, composto de uma multidão de organismos vivos, de todos os tamanhos, alguns dotados de corpos, como os humanos e os animais, e outros não, como os vírus, os micro-organismos, as bactérias ou os vegetais. Na verdade, tudo o que entra no agenciamento das realidades no seio de qualquer situação espacial, tudo o que é suscetível de constituir um “operador espacial” (ou seja, uma entidade que opera atos construtivos do espaço social) constitui um objeto de estudo para o geógrafo.

Desta forma, ele não exclui nada do que entra no arranjo de um espaço que observa e do qual ele tenta compreender a organização – palavra que designa simultaneamente o que é organizado (matérias, artefatos, vivo, inerte, ideias, afetos...) e os princípios organizadores. A geografia torna-se então a ciência do arranjo espacial circunstancial de realidades, em diferentes escalas, e instaurado por uma multidão de operadores em situação.

Esses operadores, justamente, nos permitem passar do campo da análise do espaço àquele do estudo da espacialidade, isso é, do “fazer com o espaço” dos operadores espaciais. Os geógrafos que abordam preferencialmente as espacialidades orientam-se na direção e focalizam seu objetivo, por sua vez, sobre o operador espacial e trabalham, assim, de maneira diferente – com métodos específicos. Eu prefiro falar de “operador”, ou de “actante”, em vez de ator, porque o termo operador permite a designação de qualquer entidade que realiza atos espaciais. Evidentemente, pode tratar-se de um indivíduo, mas, também, de um animal (MOUNET, 2007), de um vírus, de um objeto, de um artefato, de um coletivo (por exemplo, uma empresa que decide fechar um local de produção). Importa compreender, em ação, estas

entidades que operam, em “interoperação” com outras, de atos espaciais, ou seja, de atos que engajam jogos de distância, de posicionamento ou de atravessamento. A geografia das espacialidades interessa-se, assim, em primeiro lugar, a maneira através da qual os operadores sociais utilizam o recurso espacial, fazem com o espaço que lhe é fornecido pelo contexto de experiência no qual eles são inseridos, segundo as circunstâncias que lhe são próprias.

Situações espaciais

Eu privilegio a geografia das espacialidades – sem rejeitar, no entanto, a geografia do espaço. Isso porque, o mais interessante consiste em pensar a conexão entre espacialidades dos operadores e organização do espaço. É o que mostra o exemplo acima, sobre a circular do ministério francês da Saúde, a tal ponto que colocar a necessidade de respeitar uma distância social em um centro onde se acolhem públicos que queremos subtrair à contaminação é um ato simultaneamente de organização do espaço específico da contenção epidêmica e de prescrição de uma boa prática.

Para examinar as espacialidades, eu tenho o hábito me documentar sobre situações tanto muito ordinárias (pequenas situações do cotidiano), quanto mais extraordinárias (“eventos espaciais”, como aqueles que mencionei acima). Seja qual for a coisa observável, sempre há operadores humanos e não-humanos “à prova do espaço”, isso é, obrigados a se confrontarem a problemas essenciais: qual(is) jogo(s) de distâncias relativas vou estabelecer entre mim e as outras realidades? Qual(is) lugar(es) vou poder, dever ou querer ocupar? Quais procedimentos de atravessamento de uma situação espacial para outra vou ter que assegurar? Os operadores espaciais (humanos, evidentemente, mas, também, não-humanos) são, dessa forma, dotados do que eu chamo de “competências elementares da espacialidade”: competências de distância (saber distinguir o próximo e o distante), de escala (que consistem em saber delimitar a ordem de grandeza das realidades às quais somos confrontados), de limite (que consistem em saber recortar as realidades), de localização² [colocação] (saber

² O termo “emplacement”, no texto original em francês, tem o significado de localização, mas, também, de colocação, de se posicionar, de conquistar um lugar. (N.T)

tomar seu lugar), de atravessamento (estas sendo muito pouco estudadas pelos geógrafos) (LUSSAULT, 2009).

Durante um tempo, eu me atentei para os manuais de *savoir-vivre* do século XIX, porque ali achava geografias prescritivas fascinantes, articuladas a uma escala muito peculiar, a da esfera doméstica. Esses manuais, sabemos disso, expunham minuciosamente, pelo texto e pelo desenho, “códigos de procedimentos espaciais”, destinados às donas de casa, para que elas pudessem dominar situações: como organizar o seu lar, colocar a mesa, em que lugar deixar seu copo e seus talheres, como posicionar seu corpo, em qual circunstância, como levar uma conversa, introduzir convidados etc. Se eles impunham restrições espaciais sobre o espaço preciso do habitar, e, de apontar operadores espaciais bem específicos (as mulheres), eles expressavam, também, normas sociais bastante globais e cruciais para a reprodução da sociedade burguesa. Constituíram, simultaneamente, viáticos da prova, pelo espaço, da força burguesa na organização de uma polícia dos lugares e das práticas e dos instrumentos normativos para a manutenção do espaço e das espacialidades, de uma ordem social. Trata-se de um exemplo fascinante da relação entre as culturas espaciais normatizadas e delimitadas, circunscritas à esfera familiar (concebidas e difundidas para garantir o bom comportamento da prova espacial doméstica burguesa, conveniente, bem pensada e pensante, decente, ou seja, no sentido estrito, o que distribui corretamente os lugares), e as ideologias políticas e sociais mais globais – as duas nutrem-se mutuamente.

Não estamos mais neste estágio? Vejamos. Quando, nos vagões na SNCF³, hoje em dia, pedido a ele, enquanto viajante, de colocar seu celular em modo silencioso e de telefonar das plataformas, eu escuto uma música de código normativo e de policiamento dos lugares, das distâncias, das práticas. Utilizar esta ferramenta, que se tornou omnipresente, parece incongruente em determinadas situações e exige uma tomada de perspectiva. Sem jamais julgar, eu me pergunto: qual geografia sonora normativa se manifesta? O que incomoda ou perturba? Por que nesse momento e nesse lugar? Essas são questões profundas de uma análise das espacialidades. O estudo dos códigos normativos que abundam hoje em dia, em particular nas sociedades de hiper-regulamentação, para enquadrar atos elementares e que

³ “Société Nationale des Chemins de fer Français”, empresa francesa de transporte ferroviário fundada em 1938. (N.T).

definem o que é lícito ou ilícito nas relações de distância e de posicionamento entre os indivíduos, nos leva rapidamente ao problema da regulação política das sociedades. Nesse domínio, há de se insistir na importância do pensamento de Hanna Arendt, pela simples razão que ela deu visibilidade para a questão mais importante: o que fazer com “o espaço que existe entre os homens”?

Arendt, ao tentar apreender a política e objetivando dar uma definição não metafísica e não naturalista⁴, escrevia:

O homem é a-político. A política nasce no espaço-que-está-entre os homens [...]. Não existe, assim, uma substância verdadeiramente política. A política nasce no espaço intermediário e se constitui enquanto relação (1995, p.33).

Arendt queria afastar-se de uma visão essencialista e refazer, ao mesmo tempo, do político um verdadeiro objeto de pensamento. Daí a afirmação do caráter a-político do indivíduo que não conteria, por natureza, nenhum tipo de fluido mágico da política. Essa nasce da própria organização de todo grupo humano que reúne entidades distantes (os homens), as quais implementam procedimentos relacionais – a palavra não sendo compreendida, apenas, na sua acepção virtuosa -, visando tratar este problema do espaço-que-está entre eles. Arendt designa ali tudo o que separa os homens e que impõe jogos e cenas relacionais. Quando essa distância entre os indivíduos não existe mais, se abre, segundo Arendt, o terror totalitário – cuja singularidade e radicalidade resultam, justamente, dessa abolição:

Ao esmagar os homens uns contra os outros, o terror total destrói o espaço entre eles. Ele substitui uma ligação de ferro que os mantém tão estreitamente juntos que a sua pluralidade é como desvanecida em um Homem único cujas dimensões são gigantescas (Ibid., p. 216).

O terror totalitário funde todos os indivíduos em uma mesma liga, procura aniquilar qualquer distância social e cultural e tende ainda, aliás, em particular na ocasião das múltiplas grandes cerimônias que o exaltam – pensemos nas missas e desfiles do fascismo, do nazismo e do estalinismo -, à uma redução do espaçamento tanto quanto possível, a amalgamar as pessoas em uma multidão compacta, sem hiatos entre os que a compõe.

⁴ Isto é, refutando o *zoon politikon* de Aristóteles, que leva a crer que existe na natureza humana algo como uma essência política.

Isso coloca-nos em uma concepção muito societal da política, concebida como uma relação, utilizando uma abordagem que dá, na minha opinião, uma função eminente ao espaço. É isso que explica que qualquer mínima intervenção sobre o espaço que separa os homens dos outros humanos, e, acrescentaria em relação a Arendt, de todas as outras realidades sociais não humanas, é fundamentalmente política. As lutas políticas, aliás, ainda são, em graus diferentes, lutas de espaços, de distâncias, de limites, de lugares.

Segue-se que a geografia é uma ciência política, que se ocupa, através a sua análise das espacialidades, mas também do espaço, das regras, das normas, das regulações que definem o lícito no que diz respeito à relação distante com outrem, mas, também, em termos de posicionamento de si no seio de arranjos de realidades, de estratégias de delimitação e que contribuem fortemente para a organização do espaço das sociedades. O debate político, na França, em torno da (mal nomeada) burca é um debate que é, antes de tudo, espacial, e que deveria implicar uma reflexão de fundo sobre o que é um direito de aparência e, por que não, de aparecer no espaço social e sobre a regulação coletiva. É porque a mulher que leva a burca surge em um arranjo espacial regrado de realidades bem particulares, é a esse “espaço público” do qual, aliás, naturalizamos a existência e que tendemos a essencializar, que a questão é colocada. Notemos, também, que, enquanto estas mulheres ficavam em casa, não havia debate. Em face a tal fenômeno, confrontado a tal evento espacial, a pergunta do geógrafo é, portanto: quais são os efeitos de uma prática espacial que “acontece”? Em que que isto “dá” (no sentido do *es gibt* [existir] da filosofia alemã)? Em que a prova espacial que ela constitui para a sociedade é marcante? Quais são as diversas maneiras de abordar a sua regulação, as diferentes formas de apreender o recurso da normatividade?

Toda esta análise árdua, sutil, complicada, precisa de ferramentas variadas de inteligência, de métodos importados de todas as ciências. Seja para trabalhar sobre grandes eventos ou pequenas situações geográficas, nada do que é observável “flutua no ar”. Existem condições de possibilidade em toda situação e em toda ação espacial. Um operador nunca opera independentemente destas condições de possibilidade. Isso vale tanto para os vírus quanto para os humanos. Existem condições de possibilidade para que o vírus H1N1 tenha sido tão potente como foi, e para que tenha provocado, pelo pavor da sua difusão, por exemplo, tal reação, em particular do Estado francês. Dentre essas condições, podemos citar,

a granel, sem querer nem poder ser exaustivos, a vontade da Organização Mundial da Saúde (OMS) de se impor, as relações complicadas entre a OMS e os Estados, o papel dos laboratórios farmacêuticos, o crescimento em força de uma certa concepção do princípio de precaução, o efeito-memória do episódio canicular de 2003 na França, a preocupação do governo de não ficar exposto às críticas de não ter feito nada etc.

Dentre as condições de possibilidade, há de se insistir no papel da organização (material e ideal) do espaço preexistente à ação, porque essa organização constitui um recurso fundamental para o operador – um já-aqui [*déjà-là*] da experiência fenomenal do ato espacial. Toda nova prática se apoia nesse já-aqui e contribui para modificá-la e enriquecê-la. Cada espacialidade agrega informação adicional ao mundo espacial, e, assim, contribui ao processo global de organização do espaço. Desse ponto de vista, não existe espacialidade inoperante, sem impacto; a menor espacialidade amplia a complexidade da dimensão espacial das sociedades e aumenta até a quantidade de espaço em circulação na interação entre os operadores⁵. Dessa forma, o espaço das sociedades humanas aumenta e se complexifica permanentemente, isso é, [trata-se de] um postulado forte, contra intuitivo com relação à ideia comum de um espaço fechado, acabado porque reduzido à extensão.

Todos geógrafos?

Entende-se melhor, então, a importância de reformular a questão inicial: não para que serve a geografia, mas a quem ela serve? Serve a todos os operadores em busca do seu domínio espacial, do seu domínio de experimentação do espaço pela espacialidade. Qualquer ator precisa constituir um estoque atualizável de aptidões espaciais e de geografias (que formam o que eu chamaria do seu “capital espacial”), isso é, um conjunto de saberes e competências que lhe permitem construir, em situação de ação, o arranjo ótimo das realidades, de dominar, em particular cognitivamente, e de regular esse arranjo. Resumindo, somos todos geógrafos.

Cada operador construiria, assim, a sua própria geografia, aquela que lhe permite agir da melhor forma nos contextos situacionais e que lhe autoriza a sua posição social. Porque,

⁵ Porque o espaço não é um contendor da relação social mais um conteúdo da interação, inversamente fundamental que permite uma geografia pragmática das espacialidades (LUSSAULT e STOCK, 2010).

se é verdade que cada ato é uma aventura (MENDEL, 1998), aberta, ao menos, ao imprevisto, se não sempre ao desconhecido, essa aventura, lembremos isso mais uma vez, deve ser compreendida em função das suas condições de possibilidade: dentre elas, o que o operador conhece do espaço e da espacialidade em geral, do espaço particular da situação de experiência que ali tem de viver e os registros de espacialidades que ela impõe ou sugere. Esse saber, mais ou menos objetivável, essa competência de pensar, sentir, agir na configuração dinâmica da situação procede de uma capitalização, de uma integração mental de esquemas de apreensão e de repertórios de ações, fruto das experiências sociais. Entra ali uma boa parte de normas e valores coletivos, incorporados e traduzidos na linguagem própria do ator e uma boa parte de singularidades. Não temos que ver esse capital espacial como uma palmatória, um determinante de práticas unívocas, mas, melhor, como um potencial atualizável. A espacialidade, como todo agir social, é antes caracterizada pela tensão dinâmica entre o hábito, a rotina, a reprodução e a criatividade, a inovação, a mudança, a espontaneidade adaptativa. Nem imutável nem exclusivamente mutável, ela junta o invariante e a variação, e conduz a apreciar tudo e o seu contrário e a se justificar por jogos de linguagem.

Existiria, assim, tantas geografias quantos operadores sociais. Certamente, as geografias científicas, cujo registro discursivo é bastante peculiar, existem, mesmo que me pareça muito difícil de encontrar um critério que distinguiria, a priori facilmente, o discurso científico de outros registros discursivos e, desta forma, também da geografia científica das geografias. A reflexividade, por exemplo, nem parece mais um critério exclusivo de cientificidade, porque essa reflexividade tornou-se uma característica das “sociedades de indivíduos”, na medida em que a individualização, da qual conhecemos a importância, se funda em parte na capacidade reflexiva de todos. O indivíduo contemporâneo é reflexivo de uma forma insaciável – e é um elemento que as mídias exploram à vontade. Me pergunto, *in fine*, se o que especifica o discurso científico não seria o relativismo, na medida em que o científico expõe sempre as falhas do seu raciocínio, abre as possibilidades para mostrar que erra, não absolutiza o seu ponto de vista, não transforma as suas teorias em dogma, não confunde hipótese e verdade, e não propõe nada diferente que sistemas de inteligibilidade relativos às situações. Ele prefere o verossímil.

Mas, do lado das geografias científicas, existe também uma multidão de geografias especializadas, mais ou menos vernáculas. Pensamos evidentemente, em primeiro lugar, àquela dos especialistas espaciais profissionais de todos os âmbitos que proliferam à medida que o saber do especialista se impõe como uma das chaves das reflexões e das decisões políticas. Mas, um(a) habitante periurbano(a), de classe média, pai ou mãe de duas crianças, multi-motorizado(a), em um país como a França, é também um geógrafo-especialista. Ele ou ela mobiliza de fato, no dia a dia, para garantir, simplesmente, sua “habitação” (sua capacidade de habitar um espaço de vida no cotidiano), o que eu chamo de “geológica”, e que defino como sendo o conjunto dos modos de organização necessário a um operador para realizar uma operação espacial, da mais elementar até a mais complexa (LUSSAULT, 2009). Do corpo ao mundo, a geológica afirma doravante o seu império, porque, para cada operador, é fundamental afirmar o seu domínio do recurso que constitui a organização espacial.

O número de competências geológicas mobilizadas por qualquer ator é vertiginoso, porque o indivíduo é fundamentalmente espacial – o que, aliás, deve nos incentivar a levar melhor em conta os caracteres de gênero e de idade no nosso exame da cultura geográfica idiossincrática de cada operador⁶. De resto, somos frequentemente geológicos e geógrafos como o senhor Jourdain⁷ foi prosador. Os atores, em geral, não se pensam a si mesmos como geógrafos (com exceção dos que exercem a profissão), as competências espaciais mostram-se implícitas, nem mesmo objetiváveis. No fogo da ação, nossas atuações geográficas são a tal ponto interiorizadas que não temos nenhuma necessidade de explicitá-las. Eis aqui de novo o caráter óbvio que comentava inicialmente. Eis aqui de novo o projeto do geógrafo profissional: refletir, em termos de teoria espacial, as organizações do espaço e das espacialidades que, para parecem evidentes, estão no cerne da maioria das grandes questões que as sociedades e os indivíduos se colocam permanentemente: como, por que, para quem

⁶ Vale ressaltar que meu “homem espacial” é frequentemente uma mulher e que a criança e o idoso não expressam as mesmas geológicas.

⁷ Jourdain é um personagem da peça de teatro *O burguês Fidalgo*, de Molière, escrita na segunda metade do século XVII. Jourdain desenvolve todos os esforços possíveis para integrar-se na nobreza, porém, sempre com mau-gosto em termos de vestimentas e atitudes, de discursos e fala. Ou seja, existe um desfasamento entre o que ele quer ser e que ele é, e, apesar de estar e frequentar a corte, aparece como um bufão, um ridículo, um profano deste mundo, de alguma forma (N.T).

agir em um mundo de ação, incerto, e, como, pela ação, manter os nossos espaços habitáveis para todos?

Referências bibliográficas

ARENDETT, Hannah. *Qu'est-ce que la politique ?*, Paris, Le Seuil, 1995.

BARTHES, Roland. *L'obvie et l'obtus. Essais critiques 3*, Paris, Le Seuil. 2006 [1982].

LUSSAULT, Michel. *L'homme spatial. La construction sociale de l'espace humain*, Paris, Le Seuil.— 2007.

LUSSAULT, Michel. *De la lutte des classes à la lutte des places*, Paris, Grasset, 2009.

LUSSAULT, Michel; STOCK, Mathis. Doing with space : towards a pragmatics of space », *Social Geography*, no 5, p. 11-19, 2010.. DOI : 10.5194/sg-5-11-2010.

LUSSAULT, Michel. *Chroniques de géo'virale*. Lyon, Éditions 205, 112 p, 2020. ISBN: 978-2-919380-33-6.

MENDEL, Gérard. *L'acte est une aventure. Du sujet métaphysique au sujet de l'acte-pouvoir*, Paris, La Découverte, 1998.

MOUNET, Coralie. *Les territoires de l'imprévisible. Conflits, controverses et vivre ensemble autour de la gestion de la faune sauvage. Le cas du loup et du sanglier dans les Alpes françaises*, thèse de doctorat de géographie, Université Grenoble 1 Joseph Fourier, 2007

RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*, Paris, Litec, 1981.

Agradecimentos

Nosso agradecimento é direcionado ao prof. Michel Lussault que gentilmente autorizou a publicação em português da tradução deste artigo. Agradecemos também a FAPESP, através do financiamento da bolsa de pós-doutorado do primeiro tradutor.